

JORNAL DO LEITOR

PARA PARTICIPAR: ENVIE SEU TEXTO PARA JORNALDOLEITOR@OPOVO.COM.BR OU LIGUE PARA 3255 6088

Os textos deverão ter no máximo 1850 caracteres (com espaços) – com nome completo, endereço, telefone, e RG do remetente, que se responsabilizará pelo conteúdo. Os textos poderão ser resumidos, e O POVO se reserva no direito de selecioná-los para publicação.

Por amor não se mata

Jansen Viana
jansenviana@hotmail.com

Por amor não se mata. “Eu morro de amor por ela” é só um jargão, poético e bonito, mas hoje o que se vê, na prática, quatro vezes por dia, é: “Matei-a por amor a ela.” Quem mata não ama e quem ama não mata. É bravata de covarde, que confunde afeto com posse, carinho com domínio. O que corre em suas veias não é amor, é desamor, ódio travestido de paixão. O macho idiota não suporta a derrota, não aceita ser preterido. Perde a companheira e, em vez de chorar, prefere matar. Chorar é coisa de homem, matar, tem nome, é crime, não subestime, terá punição. Seu fracasso na relação revela o erro crasso da dominação.

Não há quem aguarde o abraço de urtiga, o beijo de mandacaru, o carinho de carrapicho. Jeitão de brucutu, conversa de briga, desconfiança permanente. Esse é o perfil do homem vil, assassino de mulheres, que se disfarça de amante no começo, promete romance delirante, mas

logo se revela opressor. Prende, assedia, culpa, inverte a situação, joga a vítima em depressão.

Quando ela decide ir embora, ele não suporta. O ciúme se transforma em ódio, transtorna, consome. E então, a atitude extrema: o feminicídio. Cruel egoísmo de quem se acha exclusivo, opressor abusivo, assassino covarde. Crime que insiste em se repetir, como se a vida da mulher fosse propriedade.

Mas não é. Nunca foi. A mulher é livre, inteira, dona de si. O feminicídio é a prova mais brutal de um machismo e misoginia que insiste em sobreviver. É preciso nomear, denunciar, punir. Jogar esses delinquentes na prisão, para que não mais se vitime quem apenas deseja viver.

Por amor não se mata. Por amor se respeita, se escuta, se aprende a perder. O verdadeiro amor não aprisiona, não oprime, não mata. O verdadeiro amor liberta.

E não esqueçamos: eduquemos nossas crianças. As meninas para serem autônomas e os meninos para não serem machistas e misóginos.

O gênero da perspectiva

Daniel Oiticica
daniel.oiticica@gmail.com

O feminicídio não é um acidente social — é um padrão. Quando uma mulher é assassinada por ser mulher, o crime não começa no instante da violência, mas muito antes, em dinâmicas cotidianas que naturalizam o controle, o ciúme como afeto e a posse como prova de amor.

No mundo, milhares de mulheres são mortas todos os anos por parceiros ou familiares. Esse dado desmonta uma ilusão persistente: a de que o perigo está majoritariamente nas ruas. Para muitas, ele está dentro de casa, nos vínculos mais íntimos, onde a violência se infiltra de forma gradual — primeiro simbólica, depois psicológica, até se tornar física e, em casos extremos, fatal. No Brasil, o padrão se repete.

Nesse contexto, a forma como o sistema de justiça interpreta esses crimes é decisiva. A ausência de uma perspectiva de gênero nas decisões judiciais pode

levar à minimização da violência, à culpabilização indireta da vítima ou à desconsideração de fatores estruturais que ajudam a explicar o crime. Quando julgadores ignoram o histórico de abuso, a dependência emocional ou econômica e os ciclos de violência, o caso é reduzido a um episódio isolado — e perde-se a dimensão real do problema.

Por outro lado, incorporar a perspectiva de gênero nas sentenças significa reconhecer essas dinâmicas, qualificar melhor os crimes e evitar distorções que historicamente beneficiaram agressores. Leis mais duras são importantes, mas insuficientes quando não acompanhadas de interpretação qualificada. O feminicídio expõe não apenas falhas na prevenção e na proteção, mas também na leitura que a sociedade — e a justiça — faz da violência.

Enquanto for tratado como exceção, continuará sendo regra. E enquanto não for compreendido em sua complexidade, seguirá sendo mal enfrentado — inclusive nos tribunais.

O POVO EDUCAÇÃO

ESTE ESPAÇO É DESTINADO AOS TEXTOS DOS ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS, PARTICULARES E REPÓRTERES CUCA PARTICIPANTES DO PROJETO CORRESPONDENTE O POVO

Umas facadinhas de nada

Marnylton Cabral

Graduando em Letras na UFC e membro do Conselho de Jovens Leitores O POVO

“Umas facadinhas de nada”, de 1935, é uma obra de Frida Kahlo que denuncia o feminicídio. Em uma aula de espanhol, ouvi uma análise comparativa entre Frida e Maria da Penha, sobre como ambas atravessam vivências de violência e constroem denúncias: Frida através da arte e Maria da Penha através do direito e da Lei 11.340. JJ Bola escreve: “Homens não interagem com os próprios sentimentos ou emoções, ou se importam como as pessoas ao redor se sentem devido ao nosso comportamento. Normalmente, somos ensinados a obter o domínio”. Bell Hooks diz: “Machos adultos incapazes de fazer conexões emocionais com mulheres estão congelados no tempo, incapazes de se deixar amar por medo de abandono”.

Em 2019, participei de formações e palestras voltadas a projetos de acesso da juventude aos postos de saúde, incluindo estudos de caso. Um deles: uma menina engravidou, mesmo sem querer ser mãe, porque o companheiro “não gostava de usar preservativo”. Como resolvemos? Muitas opções surgiram: conversas com as jovens do Ensino Médio, formações direcionadas às jovens atendidas nos postos. Levantei a mão: vamos conversar com os meninos. Se a violência surge das opressões vividas nas socializações masculinas, precisamos urgentemente falar com os homens.

De 1935 até 2026 ainda são “umas facadinhas de nada”. Dandara, travesti morta no bairro Bom Jardim, foi jogada em um carrinho de mão em 2017: O feminino é abominado em todos os seus espectros. Não cabe questionar o lugar da vítima, mas olhar nos olhos do agressor e perguntar: por quê? Perguntemos então aos homens o que está acontecendo. Para entender de onde nasce a ferida de uma nação sem pai, com figuras masculinas distorcidas e uma cultura de escárnio ao feminino, devemos ir à raiz: quem segura a faca na mão.

Se a violência surge das opressões vividas nas socializações masculinas, precisamos urgentemente falar com os homens.



CARLUS CAMPOS

Machismo que mata

Amauri Holanda de Souza
Professor efetivo da Prefeitura da Municipal de Fortaleza, sociólogo e teólogo

Não há acaso na violência contra a mulher. O que se observa, reiteradamente, não são episódios isolados, mas a expressão contínua de uma estrutura social ainda marcada por desigualdades de gênero. A fragmentação dos casos contribui para obscurecer a permanência de um padrão que se reproduz com inquietante regularidade.

O machismo não se restringe a atitudes individuais. Trata-se de uma lógica enraizada que organiza relações de poder, legítima hierarquias e sustenta, de forma difusa, a desvalorização do feminino. Sua força não reside apenas na agressão explícita, mas também nas formas silenciosas de naturalização e tolerância que atravessam o cotidiano.

Nesse contexto, o feminicídio constitui um problema grave e extremo de uma sociedade ainda muito patriarcal. Antes dele, acumulam-se sinais ignorados, omissões reiteradas e respostas institucionais insuficientes. Há, portanto, um percurso que antecede a violência final — e que, não raro, permanece invisibilizado.

O enfrentamento exige mais do que medidas formais: impõe a necessidade de transformação estrutural e também conjuntural. A educação assume papel central — não como ação episódica, mas como formação humana crítica contínua. Educar, nesse sentido, é interromper a reprodução da desigualdade. Mas que tipo de educação estamos cultivando, realmente? Quantos feminicídios ainda devem acontecer para gerar uma mudança de paradigma?

Por outro lado, cabe ao Estado assegurar não apenas a existência, mas a efetividade das normas. A omissão, longe de neutra, perpetua a violência. Enquanto a dignidade da mulher for relativizada, não falha apenas a justiça — fragiliza-se o próprio sentido da civilidade e da vida.

OP+ ACOMPANHE



Aponte a câmera do celular e acesse no OP+ o debate sobre violência contra a mulher produzido pelo Jornal do Leitor

Feminicídio no cruzamento das desigualdades

Hilário Ferreira

Professor, pesquisador da História e Cultura Negra do Ceará

O feminicídio é uma das personificações mais extremas da violência de gênero e revela, de forma brutal, as estruturas desiguais presentes na sociedade. Ele não ocorre de maneira isolada ou repentina, é resultado de um ciclo contínuo de violências físicas, psicológicas, morais e simbólicas que têm como base a desigualdade entre homens e mulheres. Nesse contexto, essa violência se manifesta como um mecanismo de controle e dominação, frequentemente naturalizado em relações afetivas, familiares e sociais.

No entanto, a naturalização desta violência na sociedade, precisa ser justificada. E é aqui, que o patriarcado se associa ao feminicídio.

Enquanto sistema histórico e cultural o patriarcado sustenta essas desigualdades ao estabelecer papéis rígidos de gênero e ao legitimar a superioridade masculina. Essa estrutura reforça a ideia de posse sobre o corpo feminino, contribuindo para a banalização das agressões e, em casos extremos, para o feminicídio. Assim, não se trata apenas de atos individuais, mas de um problema estrutural.

É fundamental considerar também o recorte racial nessa discussão. Mulheres negras, são muito afetadas pela violência de gênero e pelo feminicídio. Dados do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Ceará indicaram que 86% das mulheres atendidas por violência doméstica em Fortaleza são negras e 79% dessas mulheres estão sob medida protetiva. E mais, o número de mulheres negras assassinadas supera amplamente o de mulheres brancas: a disparidade chegou a ter 125 mulheres negras vítimas de homicídio contra 34 brancas. Isso ocorre porque o racismo se articula com o patriarcado.

A intersecção entre gênero, raça e classe social evidencia que nem todas as mulheres vivenciam a violência da mesma forma. Mais do que punir, é necessário transformar as bases culturais que sustentam o patriarcado e promover uma sociedade mais justa, onde todas as mulheres possam viver com dignidade, segurança e autonomia.